A UNIVERSIDADE PRECISA RENASCER

Pedro Demo
Da Universidade de Brasília

A assim dita "crise" da universidade vive a polarização entre os que, de um lado, lamentam os novos tempos, interpretados como perda crescente de substância acadêmica, e, de outro lado, os que desejam introduzir na vida universitária processos democratizantes. Trata-se de uma polarização geralmente aguda, pois se passa com rapidez de uma situação de fechamento autoritário típico, para uma de escancaramento já talvez populista, rumo a condições ainda não experimentadas e por isso tidas como temerárias.

De modo geral, também aqui é possível apontar teses válidas em ambos os lados, bem como exageros próprios. Preservar a qualidade acadêmica é um bem insubstituível, mas há que se perguntar se os procedimentos anteriores seriam aptos para tanto, com o tempo. Fazer democracia também é um bem insubstituível, mas há que se perguntar se posturas atabalhoadas pretensamente democráticas levam a ela ou talvez repliquem outra forma de fechamento opressivo.

Neste trabalho preliminar procuramos tecer uma hipótese de dinâmica temporal do caminho a ser percorrido pela universidade nesses tempos. As transformações que vêm ocorrendo possuem uma lógica própria, que não julgamos fatalista, mas realista, no sentido de conduzir um processo específico que precisa ser levado até ao fim. Precisamos beber deste cálice até ao fundo, talvez para jogá-lo fora e partir para outra condição histórica. Mas não chegaríamos a mudanças reais e desejáveis, sem passar por esse desfiladeiro, que, aliás, não possui apenas riscos e tropeços, mas igualmente suas virtudes e atrativos (Giannotti, s.d., p.7; Oliveira & Borges, s.d., p.15).

Renascer significa aqui levar até ao fim a dinâmica do atual processo para, de suas cinzas, ensaiar o salto para um recomeço. Existe um posicionamento do velho Marx, na contribuição para a crítica da economia política, que afirma enfaticamente a necessária maturação dos processos históricos de transformação social: nenhuma formação social coloca questões que não sabe resolver e

ela mesma elabora as condições suficientes para se ultrapassar.[1]

Ademais, é preciso acentuar que o fenômeno da universidade é de tal forma complexo, que não se pode tratar bem de todos os ângulos. Restringimo-nos, pois, somente ao problema da qualidade e da democratização institucional.

UMA CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE

Tomamos como ponto de partida a idéia de que a universidade tem um compromisso histórico com a dimensão qualitativa da realidade. O que a justifica propriamente é a qualidade que representa e que produz. Não apenas qualidade acadêmica, mas igualmente social, democrática, política, cultural etc. Seriam instituições mantidas pelo poder público, com vistas a conferir condições suficientes ao exercício e à geração de qualidade. O que se faz na universidade deveria estar marcado por esse signo.

No lado da docência, imagina-se professor aquela figura com domínio vasto e próprio de um ramo do conhecimento, além da capacidade convincente de transmitir. Imagina-se igualmente que seja capaz de compor o ambiente pedagógico conveniente, que não se esgota apenas no exercício da aprendizagem técnica, mas se sublima principalmente na experiência qualitativa da formação de novas gerações de elite.

No lado da discência, imagina-se aluno aquele que teria capacidade reconhecida pelo trajeto escolar de galgar os níveis mais apurados do conhecimento e da pesquisa, além da vocação intelectual não forçada, que se verifica, entre outras coisas, na dedicação integral aos estudos.

No lado da pesquisa,imagina-se pesquisador aquele capaz de gerar conhecimento próprio, ou seja, o resultado e a condição mais qualitativos do processo universitário, a par do processo educativo.

Imagina-se igualmente uma forma criativa de administração, não marcada pela burocracia paralisada e paralisante, mas tão leve e ligeira, que se coadune com o movimento qualitativo da pesquisa, da criação científica e da educação que se quer "superior".

O conceito de qualidade não se esgota em seu âmbito formal mais conhecido, de instrumentação técnica. Uma tese de mestrado é qualitativa se preencher os ritos formais teóricos, metodológicos e empíricos, quer dizer, se se reportar à literatura vigente e clássica, se mostrar domínio explicativo do ramo, se usar instrumentos metódicos reconhecidos, se for lógica e coerente, se se encaixar na processualística exigida, se contiver os testes esperados de realidade, e assim por diante.[2]

De modo geral, aprende-se isto com certa ênfase. O estudante estuda clássicos, autores atuais, o momento teórico predominante; aprende versatilidade metodológica, as disputas em torno de caminhos alternativos, as propriedades de métodos e técnicas; faz por vezes alguns treinos em pesquisa concreta. No final do percurso universitário, o produto seria alguém capaz não somente de assimilar conhecimento alheio, mas igualmente de certa produção própria, pelo menos no sentido de elaborar com alguma autonomia e criatividade um trabalho sobre determinado tema, ainda que sem maiores originalidades.

Diante desta expectativa, nossos hábitos universitários são bem sumários, pois se restringem a aprender e a ensinar, de modo geral sem qualidade formal perceptível. Muitas universidades ou instituições de ensino superior são caricaturais neste sentido, pois falta nelas a figura qualitativa básica que é o criador de conhecimentos novos, tanto a nível do estudante que se forma, quanto sobretudo na pessoa do professor.

Nesta concepção, a atividade docente é derivada da atividade de pesquisa: não tem nada a ensinar, quem não tem produção própria. Caso contrário, não saberia transmitir ao estudante a qualidade básica universitária, que é a criação científica. Pois ninguém dá o que não tem. Ser mero transmissor de conhecimento alheio, não justifica a instituição universitária, pois tal atividade pode ser feita por outras instâncias, certamente mais rentáveis, como a televisão, a informática, os treinamentos *ad hoc* etc.

O professor que não consegue transmitir ao estudante a habilidade criativa de produzir ciência, nunca foi professor, mas um repetidor apenas, por mais que faça isto com invejável didática. Expor bem conteúdos de livros é uma função somente instrumental, por vezes até uma arte, mas que não é a propriedade universitária. Seria ainda absurdo gastar somas astronômicas com a mera transmissão mimética de conhecimento estranho.

Se por ventura quiséssemos nos conformar com uma instituição deste tipo, curvando-nos ao fato de que a grande maioria das instituições de ensino superior não consegue ultrapassar tal patamar, o que fazemos é inevitavelmente sacralizar uma expressão de categoria inferior cuja rota é a mediocridade, não a qualidade.[3]

A exigência de formação mais acurada do professor só tem esta justificativa: criar a figura do produtor de conhecimentos próprios, aquela capaz de vôo próprio, de teorizar com certa liberdade, de construir caminhos novos, e, em conseqüência, capaz de transmitir ao estudante não somente pacotes estranhos, mais especificamente a habilidade da criação científica. Nisto também se supera a postura só técnica de treinamento ou preparação profissional, ingressando-se na seara insubstituível da educação, propriamente forma-

1 "Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter, nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade" (Marx, 1973, p.20). A alusão a este texto não é perfeita, porque Marx tinha em mente a questão das condições de produção, dentro da noção ortodoxa de materialismo histórico. Mas acreditamos que o espírito do texto seja aplicável ao nosso caso.

2 Em *Ciências Sociais e Qualidade* (Demo, 1985) há uma ampla discussão sobre o conceito de qualidade e respectiva polêmica metodológica.

3 Ver, a propósito da qualidade de ensino superior no Brasil, Brasil. Ministério da Educação e Cultura. CFE, 1982 e Tubino, 1981.

tiva e que ultrapassa a qualidade formal-instrumental.

Há, portanto, uma discussão fundamental em torno do professor universitário, que é hoje uma figura intrinsecamente banalizada. Se aplicássemos algum rigor, da massa atual de professores universitários, o que há mesmo é a massa, não o gerador de ciência. A questão é menos de formalidades externas, como os títulos de mestre ou doutor, porque isto também é possível: ser mestre ou doutor sem condições de criar conhecimento próprio. A questão é de substância. Professor não é um traço administrativo-burocrático, ou seja, aquele que foi contratado para dar aulas numa instituição de nível superior. A partir disto, já seria professor. Uma de nossas maiores mediocridades históricas repousa nesta veleidade, porque significa um nivelamento brutal por baixo (Silva et al., 1983).

Não há como ser professor, em sentido autêntico, sem uma farta produção própria, comprovada na comunidade, reconhecida nos ambientes de publicação, e que significa a realização de um processo de conquista do seu lugar ao sol. As titulações deveriam corresponder a esse trajeto, e não a uma garantia cartorial.

Ao mesmo tempo, tal problemática coloca uma questão espinhosa, mas que é mister elucidar sem temores: o problema da elitização. Se competência fosse atributo da maioria, não haveria necessidade de liderança. Cremos ser inegável que a universidade incorpora um processo de elitização. Será isto apenas uma questão de fato, ou seja, uma ilação proveniente da constatação de que poucos chegam a tal nível, ou será igualmente uma questão de direito?

Defender que é uma questão de direito, é sempre temerário e sem dúvida suspeito. Mas, mesmo que fosse apenas uma questão de fato, acaba sendo de direito, pois é um fato que somente alguns se apropriam do nível universitário. O defeito estaria não na elitização propriamente, mas nas condições de acesso a ela. Dificilmente haveria alguma objeção maior, se descobríssemos que na universidade está o mais competente, o mais dotado, o mais estudioso, o mais criativo. Ao contrário, talvez se aceitasse como coisa mais natural do mundo e se justificassem privilégios próprios à base da qualidade acadêmica.

A objeção está em outra direção e é muito correta: o acesso a universidade ou à posição de professor não depende tanto da competência, quanto de fatores externos à questão, por exemplo, posse econômica, influência política, malabarismos burocráticos etc. O que dói, não é que exista o mais competente, mas o malandro metido a competente e que ocupa o espaço do mais competente.

Haveria — parece — um tipo de elitização bastante tragável pela sociedade e que estaria na mesma rota da qualidade. Qualidade não se generaliza pela quantidade — pois já não seria —, mas pela profundidade, que é inevitavelmente seletiva. Qualidade não se dissemina, como areia que se espalha e vai tomando conta dos espaços, mas impregna de forma comunicativa e envolvente, sob uma ação que não é força, mas influência. Sua lógica não é o maior, mas o melhor.

Tenta-se atribuir a isto a noção de mérito acadêmico, que implicaria afunilamento seletivo, sobre a base da qualidade. Seria esta a concepção de carreira docente, na qual a progressão não se dá por tempo de serviço, por pressão burocrática, por mecanismos automáticos que levariam a pessoa a "cair para cima". A progressão se daria por conquista qualitativa, principalmente através da criação científica. Outros critérios podem entrar, como títulos, tempo de serviço, movimentação no espaço científico (seminários, encontros, participação em sociedades científicas etc), mas substancialmente o critério central e fatal seria a demonstração convincente de capacidade de geração de conhecimento próprio e novo.

A este tipo de elitização não se teria o que opor, de modo geral, e a sociedade se dispõe a pagar o preço justo. Não importa que a universidade seja muito dispendiosa aos cofres públicos, se for uma expressão da qualidade, pois esta não tem preço. Alguns diriam até que tal elitização não é somente uma questão de fato, mas de direito. De nossa parte diríamos que é pelo menos uma questão de fato, sem pretendermos defender a necessidade da elitização, não só porque geralmente se torna uma postura odiosa, mas igualmente porque não se pode fechar o caminho para democratizarmos também este fenômeno, sempre que possível.

Entretanto, a qualidade que se espera não é apenas de teor formal, pois esta atinge os aspectos técnicos-instrumentais. Existe nela alguma forma de perfeição possível, mas sempre formal, ou seja, desligada dos conteúdos históricos. Como a lógica, por exemplo. Uma tese pode ser lógica, no sentido de atender com perfeição aos requisitos de coerência, dedução, consistência, mas, ao mesmo tempo, ser fútil em sentido político. Poderia ser apenas um exercício acadêmico, virtuoso nos instrumentos, idiota no conteúdo.

A qualidade política coloca outra face de perfeição , bem mais polêmica, complexa, delicada, mas nunca menos importante. Por ser política na essência, envolve-se com ideologia, com práticas concretas, com humanismos, com filosofia etc. Diz respeito à nossa sociedade possível, na rota do que seria desejável, ou pelo menos suportável. Não procura apenas estudar bem a pobreza dos povos, por exemplo, mas sobretudo colaborar em soluções, comprometendo-se com projetos políticos concretos. Parte da idéia de que o mero estudo da pobreza, sem compromisso de solução, significa no fundo um compromisso com a não-solução, pois tal cientista vive dela e concretamente a justifica. Pode retratar grande qualidade formal no estudo, mas não ter nenhuma qualidade histórico-política, ou ser mesmo o contrário, quer dizer, uma contribuição ao controle social dos pobres.

O cientista que domina instrumentos metodológicos e conhece os meandros da teoria e da explicação, já perfaz um tipo importante de qualidade acadêmica. Mas pode ser vil como o pior dos homens, pois sua ciência é capaz de servir à opressão e à degradação. O cientista não precisa ser sábio, quer dizer, cidadão do mundo, com cuja felicidade está politicamente comprometido.

De modo geral, esta parte é relegada nas discussões sobre universidade. Mas é uma falha clamorosa, porque significa a relegação da esfera propriamente educativa. Instruir é muito pouco e é só instrumento. O professor tem missão pedagógica, formativa de novas gerações.

Quando o chamamos de "mestre", subentendemos que seja capaz de manipular os instrumentos científicos, mas esperamos sobretudo que seja um exemplo de dignidade humana. Por mais que tais termos sejam escorregadios e indecifráveis pelas instrumentalidades rígidas da ciência usual, fazem parte essencial da vida do homem.

Simples competência não garante isso, pois pode-se degradar competentemente a sociedade humana. E não faltam os que diriam que esta é a especialidade proeminente da ciência. Novas discussões, por vezes olhadas com desconfiança pelos que se acham competentes, trazem à baila a questão da qualidade política. E nisto têm muito valor.

Assim, ao lado da qualidade acadêmica, de estilo mais formal e instrumental, é mister defender a qualidade política da universidade. Por qualidade política não se entende o espaço sempre possível do "politiqueiro", da "politicagem", da cabala de influências e da ideologização desenfreada. Entende-se a arte de realizar a sociedade possível, aquela que tende a suportar somente as desigualdades inevitáveis, aquela que cuida com ardor dos direitos básicos e cumpre também com seus deveres comunitários, aquela que conquista a cidadania participativa.

Desse tipo de elite pode-se esperar isto, certamente. Espera-se que dê o exemplo de democracia, de administração descentralizada, de pluralismo ideológico, de meritocracia acadêmica insuspeita, e assim por diante. Muitas vezes, as instituições universitárias são todo o contrário disso.

Não nos parece que seja viável construir a idéia de universidade sem a noção de meritocracia, por mais que leve a uma elitização inevitável. Reconhecer os melhores, se de fato o são, não é o problema. O problema é como reconhecer. Não há solução pacífica em torno da questão, mesmo porque supõe a vigência não só de qualidade instrumental, mas sobretudo de qualidade política. Como avaliar e quem avalia o avaliador?

Mas é possível pelo menos chegar a acertos sobre qualidade formal e formas públicas de avaliação. Já seria grande avanço. Se a progressão na carreira refletisse isto, poderíamos ter dignidade e paz de certa maneira. O professor atingiria níveis superiores da carreira por méritos formais, pelo menos. A ascensão não pode estar à mercê de pressões políticas, nem das preferências do reitor ou do ministro. O processo de avaliação precisa ser público, para permitir um mínimo de controle.

Um dos problemas básicos é a mensuração da qualidade através de critérios quantitativos. A criação científica não anda por aí. Infelizmente, é quase impraticável superar esta contradição que a própria universidade vive: precisa ser expressão da qualidade, mas ela mesma sente dificuldade extrema de a avaliar e realizar. Alguém pode ter escrito muito, publicado montanhas de páginas, possuir vários títulos, e ser um cientista medíocre. Outro pode ter construído uma criação genial em poucas páginas e sem título algum.

No caso normal, no entanto, os critérios terão que passar pelos ritos perceptíveis, que permitem um controle mais palpável, ainda que possam favorecer mediocridades. Mas, se pelo menos isto for feito, já se adquire alguma dignidade. Se os professores titulares chegarem ao término da carreira desta forma, teríamos uma instituição respeitável, porque construída sobre os termos de uma meritrocacia comprovada.

Entram em todos os concursos, ainda que sejam públicos e muito bem organizados, componentes de pressão política, psicológica, social, ideológica etc. Não é este, no entanto, o problema, mas a necessária condição de controle disto por parte dos interessados e da comunidade, de tal forma que a suspeita desça ao mínimo inevitável.

A universidade não pode ser uma fazenda particular, um curral provinciano, uma corporação fechada, que já funciona pela fidelidade partidária, não pela competência acadêmica. Não pode, por outra, ser uma simples repartição pública, na qual a mediocridade é o máximo de resultado possível. Nem pode ser uma democracia incompetente(Souza, 1980; Demo, 1983 e 1984b).

TRAÇOS DE UM MODELO

Pelas características de instituição, compromissada com extrema qualidade formal e histórica-política, a universidade deveria ser um "condomínio de professores", ou uma "cooperativa de professores", sob regime de autogestão, ainda que financiada pelo Estado. Ao Estado caberia exigir a devida qualidade e por ela pagar. Nada mais.[4]

A administração é coisa interna, que a casa precisa resolver por si e nisto demonstrar sua condição de criatividade e honestidade pública e comunitária.

A constituição de seus dirigentes poderia ser feita dentro de compromissos que aliem a questão de competência com a questão da democracia. Ou, para usar a linguagem acima, que juntem a qualidade formal com a política.

Na situação de hoje assistimos à formação de associações de Professores, que buscam se organizar para influirem nos destinos da universidade e para defenderem seus interesses. A nível nacional, já existe uma

4 Nosso conceito de pesquisa não coincide, claramente, com seu estereótipo americanista, que o equipara às sofisticações metodológicas, atingíveis somente por acadêmicos com formação muito esmerada. Pesquisar é, antes de mais nada, dialogar de forma inteligente com a realidade. Não se restringe à preocupação empírica e experimental, como se pesquisar fosse somente acumular dados empíricos, mensurá-los e aplicar-lhes tratamento sofisticado, inteligível apenas por iniciados. Pesquisa pode ser teórica, metodológica, empírica e prática, pelo menos. Não são gêneros estanques, mas complementares, no sentido de relativa acentuação. Admitimos como pesquisa também a compilação criativa de autores, a maneira própria de dizer o que outros disseram, desde que não seja imitação apenas. Por exemplo, um trabalho de estudante dificilmente será original em sentido estrito, mas poderá (deverá) conter a demonstração da capacidade de ir além da simples cópia ou reprodução. Ora, isto pode ser feito por qualquer professor, que não queira ficar somente na transmissão barata de conhecimento alheio. Aliás, a própria idéia de transmitir bem conhecimento supõe um transmissor não passivo, não imitativo, não mecânico. Cfr. Demo, (1984a), cap. inicial sobre pesquisa.

organização geral dos professores (ANDES). Trata-se de um fenômeno muito relevante, com méritos históricos incontestes, marcados por vitórias ponderáveis, como recuperações salariais, revisão da carreira, eleição de reitor, deposição de dirigentes etc.

No entanto, há na associação um componente comprometedor, em termos de organização universitária. Sendo uma expressão de adesão livre, a associação dificilmente cobre todo o professorado, e estabelece uma disputa dura, por vezes, corporativista, de liderança interna e dentro do espaço universitário. Fica prejudicada, de partida, sua representatividade. Uma associação só pode representar seus associados, é claro. Não pode falar pela universidade, *tout court*.

Acontece, no entanto, que as associações se apropriaram da "representatividade" universitária e passam a decidir pelo todo, provocando fortes choques de grupos e desestimulando a filiação de muitos professores que entendem ser o processo demasiadamente corporativista. Como seria de esperar, as associações caem nas mãos de ativistas, que passam a manipular a vida associativa. Nisto não há somente defeito, mas igualmente virtudes, pois sem tais elementos uma associação dificilmente progride, diante da tendência amorfa da massa de professores ou da massa silenciosa que somente se expressa, se arrastada.

Ao lado disso, surge a questão das assembléias gerais. Uma convocação por parte da associação dirige-se aos associados propriamente. Quanto aos não associados, pode-se fazer um apelo ou convidar, mas não convocar. A seguir, o funcionamento usual da assembléia é muito questionável, a começar pelo problema da representatividade: somente é representativa se tiver a presença de 50%, mais um. Este não é o caso, na maioria das vezes, o que não confere legitimidade às decisões aí tomadas. Fazer a assembléia com qualquer número e decretar que os presentes representam a comunidade, é no mínimo erro crasso de teoria e prática política. Nem haveria condições jurídicas para garantir que uma minoria fale legitimamente pela maioria, a não ser que esta tenha delegado tal característica.

Ainda, assembléia geral não deve ser tomada como órgão decisório usual da associação, porque sua finalidade própria é outra. Sua finalidade é referendar propostas, acatar ou negar mudanças de estatutos, receber ou rejeitar impugnação dos dirigentes, cultivar a indentidade cultural e ideológica, eleger dirigentes, fazer comemorações, etc. Decidir é uma atividade que exige deliberação, ponderação, elaboração. Não é praticável em grupos grandes, se formos democráticos realmente. A própria exigência democrática de liberdade de expressão, de opinião, de divergência, faz impossível a tomada de decisões fundamentais em ambiente de assembléia geral.

Assim, antes de se chegar à assembléia geral é preciso percorrer o caminho da deliberação dos representantes, por exemplo, por departamento. Sendo eleitos para isto, possuem mandato para deliberar e falar em nome dos votantes. Este grêmio menor pode de fato elaborar decisões muito complexas e pesadas, na calma e serenidade que a gravidade do problema exige. Na assembléia o clima também é desfavorável, porque facilmente se emocionaliza em torno de posições prévias, não sendo mais possível a discussão tranqüila. Já não se pondera, e a vaia a posições contrárias torna-se reação normal.

Conforme modelo federativo, inspirado na Comuna (Demo, 1985; Marx, 1975, p.507), o fluxo determinante da vida participativa autogerida é de baixo para cima e do menor para o maior. Assim, sem a organização departamental não é possível a associação autenticamente democrática, cuja cúpula passa a assumir a missão em si deturpante de arrastar a base, quando a deveria tão somente representar. Os representantes departamentais (regionais, locais) reunidos, em número menor, têm mandato para elaborar decisões pesadas, que serão referendadas em assembléia. Como têm igualmente condições de retornar à base para consultas, sempre que necessário.

O "assembleismo" acaba revelando a própria fraqueza da associação, ou seja: não representa a comunidade toda, e não consegue mobilizar sequer seus associados na proporção da maioria pelo menos. E mais, a associação é composta basicamente da sua cúpula, que se mantém ativa e presente. Na unidade menor, aqui poderia ser o departamento, não há organização correspondente, mas uma massa dispersa que não se sente comprometida com a associação. Assim, é importante dizer que não há organização central que substitua a organização departamental, pois a organização central não têm outra vida possível que não seja a departamental. Porquanto — e isto é fácil de constatar — nossas associações tendem a ser farsantes quanto à participação da base. No entanto, a mobilização da base é a alma da associação. Caso, contrário, trocamos uma oligarquia por outra, por mais que esta outra seja bem mais preferível.

Tendo em vista tais problemas nas associações, a proposta mais aceitável talvez pudesse ser o "condomínio" de professores, sem insistir no termo, mas apenas na idéia. No fundo, está a noção de autogestão, sem no entanto geração total de recursos próprios, que viriam do Estado. Não impede que parte dos recursos sejam gerados pela atividade acadêmica, se possível — o que seria muito desejável —, mas nunca se pode dispensar a obrigação do Estado basicamente. Como condomínio significa que a instituição pertence ao professorado e este delibera democraticamente e competentemente sobre os destinos dela, desde a constituição de seus dirigentes, até a criação científica e a educação dos estudantes.

Significa pois que:

a) o professorado organizado associativamente é a fonte do poder e da criação científica, financiado pelo Estado;

b) todos os professores fazem parte do condomínio, por que é condição essencial de pertinência aos quadros da universidade;

c) a admissão aos quadros é decidida pelo condomínio, que traça as regras de jogo dentro da confluência entre democracia e competência;

d) a progressão meritocrática é organizada e controlada pelos professores, que são os avalistas de sua própria qualidade formal e política;

e) realiza-se, assim, a idéia plena de autonomia acadêmica e administrativa;

f) o Estado não é despedido, mas colocado no seu

devido lugar, ou seja, como financiador indispensável, que deve exigir qualidade; se esta faltar, teria o direito de recusar ou diminuir os recursos disponíveis.

É um problema muito complexo unir competência e democracia. Em primeiro lugar, é importante acentuar que uma não decorre da outra, embora se condicionem. É possível ser competente, mas antidemocrático e vice-versa. Não é democracia que faz alguém competente, como se o bom professor fosse obtido por aclamação ou votação. Competência se adquire por suor e lágrimas, estudando muito, preparando-se com afinco, dedicando parte fundamental do tempo à construção científica e ao domínio de instrumentalidades metodológicas.

Mas vale o reverso. Não é competência que faz alguém democrático, como se o homem muito instruído já fosse um bom cidadão. Democracia exige qualidade política, que pode aproveitar-se muito bem da qualidade formal, mas não precisam coincidir. Implica envolvimento com projetos possíveis de sociedade desejável, com projetos educativos frente aos estudantes, com compromissos de serviço público, e assim por diante.

Colocada a questão desta forma e respeitando sua extrema complexidade, é possível insinuar que, dentro da idéia de meritocracia, se não é qualquer um que pode ser professor, muito menos qualquer um pode ser reitor. Na constituição de seus dirigentes tem predominado a afoiteza pretensamente democrática, que retira de cena o problema da competência. Não pode ser reitor o professor que não for já uma figura de insuspeitável produção científica.

É uma simploriedade extrema argumentar que o reitor precisa apenas bem administrar. Apenas para administrar não precisamos de reitor. Para tanto, basta um administrador. O reitor tem outras funções muito mais relevantes e centrais, tais como: representar a competência acadêmica da respectiva comunidade; discutir política científica e acadêmica; tratar de educação superior e da formação de jovens; possuir trânsito nacional e internacional em termos de ciência e vida acadêmica; promover o progresso científico e tecnológico e estar apto a conduzir os assuntos pertinentes, e assim por diante.

É um fato que a maioria de nossos reitores se iludem com a idéia de que são administradores de universidades, o que dá a exata medida de sua irrelevância. Representam muito mais a mediocricidade de nossas instituições. Nisto certamente são reais. No resto são sobretudo um arremedo. Não pode liderar a produção de qualidade acadêmica, quem não é capaz disso. Ou quem é uma caricatura disso.

Se tal postura for congruente, uma maneira de unir competência com democracia seria:

a) montar uma carreira acadêmica com critérios claros de progressão, baseados na qualidade formal pelo menos;

b) dentro dela, alguns professores — uma parcela menor chegaria ao nível de titular, e representaria, se o trajeto de progressão fosse insuspeitável, os melhores entre os bons;

c) esses seriam por definição reitoráveis, dentro de um processo de conquista qualitativa;

d) a comunidade de professores escolheria, por voto direto, um dos reitoráveis, com participação adequada dos funcionários e dos alunos.

Para que o processo seja mais legítimo, o professor interessado em ser reitorável deve montar um programa, que passa a defender publicamente, em discussão com colegas, funcionários e alunos. Isto seria igualmente um expediente de teste da competência política do reitorável: até que ponto sabe discutir posturas ideológicas; até que ponto mostra-se capaz de liderança e respeitabilidade na comunidade; até que ponto sabe negociar, sabe convencer, sabe se comprometer. Ademais, isto selecionaria melhor as pessoas, ao mesmo tempo que resguardaria professores desinteressados em ser reitoráveis.

Se abandonamos critérios de competência acadêmica, pode ser reitor qualquer professor, passando a predominar critérios políticos. Será reitor quem tiver maior apoio de grupos, ou carisma político, ou souber manipular a opinião pública. Talvez se consiga até escolher alguém de excelente estatura democrática. Mas, sem competência acadêmica comprovada, mutila-se o processo e a universidade perde dignidade.

De um lado, não podemos abrir mão do direito de constituir os dirigentes. As associações têm nisto um mérito imorredouro. De outro, não podemos abrir a porta à mediocridade acadêmica, como se eleição fosse cura de todos os males da universidade. Aliás, enquanto as associações de professores não colocarem, no mesmo patamar de preocupação, a questão da qualidade acadêmica, ao lado das outras de teor salarial sobretudo, não deixarão o ambiente de suspeita de corporativismo exacerbado. Ganhar bem é absolutamente necessário, mas por competência.

O condomínio de professores supõe, todavia, uma organização associativa em regra, calcada no planejamento participativo e distanciada totalmente do ambiente deletério e mediocratizante do serviço público. Supõe organização departamental, como célula menor na qual é exercitada a democracia plena, com competência e qualidade. Chefes de Departamento e de Institutos ou Faculdades precisam ser obtidos por processo idêntico, aliando qualidade acadêmica com qualidade política. Corresponde então ao modelo da Comuna.

Ainda, é mister haver o equilíbrio entre as alas: professores, funcionários e estudantes. Estes constituem um dos objetivos fundamentais da universidade, ao lado da pesquisa e da criação científica, mas é um grupo rotativo. Por isso, sua participação deve ser proporcionalizada. De modo geral, poder-se-ia defender a idéia de que estudantes e funcionários teriam uma participação de 50%. Dentro destes 50%, uma parte maior caberia ao funcionário, porque é membro permanente da instituição.

Uma organização associativa em regra prevê a elaboração de estatutos próprios, que definem a instituição, seus condôminos e a forma de ingresso de novos condôminos, condições de impugnação de dirigentes e de mudança de estatutos, relacionamento com o Estado, maneiras de prestação de contas, regras de jogo da progressão na carreira, etc. Ao Estado caberia respeitar este processo, desde que devidamente comprovada a qualidade dele. Não lhe cabe escolher o dirigente, nem em lista sêxtupla, porque a decisão final escapa à comunidade interessada.

Nem há sentido em buscar um dirigente estranho ao condomínio, não só porque seria passar um atestado de incapacidade ao grupo, mas também porque, havendo personalidade histórica suficiente da instituição, ela não admite ser dirigida por estranho, mesmo que seja professor emérito. Seria compreensível que nos estatutos figurassem regras, tais como: só pode ser reitor, além das conotações de qualidade formal e política, alguém que é professor na instituição por 5 anos seguidos; alguém que seja de tempo integral; alguém que já tenha preenchido cargos outros na instituição. O temor de corporativismo pode ser real, pois tais condições seriam capazes de gerar um clube fechado. Mas a superação deste risco está no processo insuspeito de progressão acadêmica. Pior é o contrário, onde qualquer aventureiro pode ser reitor e não se valoriza a prata da casa, que carrega a universidade nas costas.

No nível mais alto, falar-se-ia, então, de uma federação de condomínios, cujo chefe pode ser obtido entre os reitores, ou entre outros professores, dentro de critérios de competência e democracia (Favero, 1982; Graciani, 1982; Rama, 1982).

SÍNDROME ATUAL

Na prática, os caminhos da universidade não vão nesta direção. Dois problemas históricos impedem tal trajeto. De um lado, a herança anterior, marcada pelo centralismo e pela tutela estatal exorbitante, que, a par de alguns reitores eminentes, produziu safras de mediocridade comprovada, além de autoritária e prepotente. A constituição dos dirigentes era um processo nebuloso, onde contava sobretudo a versatilidade do interessado, no sentido da barganha política. A barganha política marcava também o relacionamento com o Ministério da Educação, o que provocou um roteiro histórico de irresponsabilidade conhecida, caracterizado principalmente por gastos astronômicos, sem correspondente qualidade.

De outro lado, a marca do momento presente, politizado em excesso, compreensível como reação, mas desvinculado de modo geral dos compromissos com a qualidade. A luta desvia-se facilmente para a conquista de um emprego público facilitado, estável, bem remunerado, sem maiores preocupações com a produtividade acadêmica. A valorização política, em si uma marca necessária e de extremo valor pedagógico, descamba em diletantismos práticos sem qualidade democrática convincente. O ativismo se superpõe à reflexão crítica e auto-crítica. A pressão grupal domina as assembléias e já não há lugar nenhum para qualquer pluralismo ideológico. A fidelidade partidária passa a ser o divisor de águas e a partir daí prefere-se sempre o fiel ao competente.

Mas é mister entender a lógica do movimento docente. Não se pode esquecer a acusação de que os professores mais graduados e promovidos, na sua maioria, fazem a mesma coisa que o professor iniciante faz. Pior que isto, em muitos casos fazem menos, porque pouco comparecem, não participam da vida departamental a rigor, ministram aulas surradas pelo tempo e desaparecem quando bem entendem, sem o menor pejo. A grita do professor novo, recém admitido na universidade e que constitui muitas vezes a base principal das associações, é mais do que justificada. Não pode assistir de braços cruzados a uma bandalheira proverbial, da qual é vítima e, no fundo, comparsa, à medida que quer se integrar a este tipo de instituição. A idéia de progressão automática surge quase que espontaneamente e possui força muito compreensível, porque o professor novo entende que o outro professor, aquele que já é titular e desfruta de posição privilegiada na instituição, não progrediu propriamente por mérito, mas por cabala burocrática ao longo do tempo. Acaba sobrando como critério mais perceptível o tempo de serviço, ou o concurso arranjado.

Naturalmente, passa a exigir o mesmo privilégio. Se, após duas ou três décadas de pertinência à universidade, o professor maduro continua a imagem da falta de produção criativa científica e do descompromisso irresponsável com a instituição, a progressão por mérito acadêmico, pelo menos formal, está em definitivo desmoralizada. Tempo de serviço poderia ser uma categoria aproveitável para o aumento de benefícios salariais e outras vantagens desta ordem, mas jamais como expressão de mérito acadêmico. Porquanto, um professor que passa vinte anos numa universidade sem jamais ter produzido alguma coisa criativa e marcante para a comunidade científica, nunca foi professor e não poderia estar na instituição. Aí seria um critério de demissão, nunca de promoção.

No entanto, ao lado da produtividade científica, o tempo de serviço poderia devidamente ser valorizado, mas não como critério de mérito científico. Neste sentido, somente se pode passar de Assistente para Adjunto e principalmente para Titular sob o peso inequívoco da produção científica, jamais por algum lance automático. Se isto se faz, é porque a carreira do professor universitário assumiu definitivamente o éthos do funcionário público, que vai "caindo para cima", na modorra da mediocridade geral e da inutilidade pública.

É possível objetar-se que não se corrige um erro com o erro oposto. É correto afirmar que a introdução da progressão automática não é fórmula para se recuperar a dignidade universitária, pois é via garantida de promoção da mediocridade. Mas acaba sendo um argumento moralista inócuo, diante de situações escabrosas vigentes, nas quais encontramos professores titulares que imaginam terem conquistado o direito histórico de serem absolutamente medíocres, mesmo que por concurso. Porque a universidade que gera monstros e já não consegue deles se desvencilhar, no fundo os merece.

Ao mesmo tempo, é compreensível demais que a turma ativa das associações não queira que os dirigentes provenham deste campo considerado decrépito e representativo de uma era histórica detestada, em razão da falta de qualidade política. Do processo anterior não poderia provir mudança real, porque compromissado com uma evolução histórica que por vezes promoveu a competência, mas quase sempre andou de braços dados com processos políticos opressivos e particularistas. A bem da verdade, o processo anterior não conseguiu garantir nem a qualidade formal, e muitos menos a política. Na própria crise vigente transparece, com brilho agressivo, o congraçamento da mediocridade universitária brasileira. Não conseguiu ir além de uma instituição cartorial, burocrática, fechada, à cata obsessiva de privilégios que ne-

nhuma demonstração de competência saberia justificar.

De certa forma, a realidade histórica se vingou. Somos hoje um grupo social com a empáfia do professor, mas com sálarios restritos e com prestígio social abalado. Muita injustiça vai nisto, mas há uma justiça fundamental: pelo que fazemos concretamente em termos de qualidade formal e política, não merecemos muito mais que sálarios apenas razoáveis. Conseguimos entupir as instituições de professores e funcionários, todos intocáveis em termos de estabilização do emprego, onde a quantidade, bafejada pelas trambicagens mais grosseiras do Estado e das oligarquias locais, massacra sem dó qualquer uivo da qualidade. Consideramos direito adquirido dar somente dois cursos por semana, numa média de oito a dez horas de aula, sob o argumento de que é mister preparar a atividade docente e sobretudo produzir a pesquisa. Nem se isto fosse verdade, poderíamos considerar direito adquirido uma dedicação tão pequena aos afazeres docentes.

Assim surge um impasse fatal: se todos ganhássemos salários tidos por dignos — digamos uns 3 mil dólares, se fôssemos devidamente titulados e comprovadamente competentes — e nos alistássemos como professores de tempo integral, afundaríamos o orçamento do Ministério da Educação que tem outros compromissos básicos. À mediocridade de nossa universidade funda seu próprio círculo vicioso, no sentido de que a mediocridade acadêmica e salarial é a própria condição de manutenção da atividade docente massificada e improdutiva. Uma democracia espantosa, mas profundamente nossa.

Está cada vez mais difícil poder viver satisfatoriamente com salário de professor. Só por um amor cego à arte. Isto promove, então, a figura do docente que acumula empregos, qual biscateiro que perambula pelas praças acadêmicas oferecendo sua bugiganga. Dá qualquer aula, às vezes a mesma em dois lugares diferentes e ao mesmo tempo. Outros recuam do tempo integral, passando a parcial, para poderem trabalhar em outra ocupação, onde se sentem melhor remunerados. E não faltam aqueles que, mesmo em tempo integral, fazem da universidade um "bico", comparecendo no máximo para dar as aulas.

No entanto, se quiséssemos colocar em dia toda esta situação arrepiante e degradante, vemos logo que encontramos um beco sem saída, tanto na direção do processo anterior, marcado pelo autoritarismo, quanto pelo processo atual marcado pelo "democratismo". De um lado, conceder privilégios materiais elevados a professores que, na média, não tem condições de representar a qualidade formal e política da universidade, embora ocupem hoje os postos mais elevados, é injusto para com a nova geração que vem chegando, por vezes bem preparada e produtiva e que se sente barrada pela velha guarda paralisada e paralisante. Por outro lado, se os privilégios se baseiam em progressão automática, em pouco tempo, por inércia, grande parte dos professores será titular, descaracterizando a própria idéia de carreira acadêmica.

O problema reside em que, em ambos os processos, não está em jogo propriamente a qualidade formal e política da universidade em primeiro lugar, mas a defesa exacerbada de interesses particulares e corporativos. Assim como era falsa, de modo geral, a alusão do processo autoritário de ser necessário o fechamento para preservar a qualidade da instituição, também é falsa a alegação do processo atual de que a democratização exacerbada levará à competência.

Não temos, pois, uma solução cabível, porque não há como convencer os "velhos" de que não possuem direitos adquiridos à base do fechamento autoritário e das rotinas anteriores, nem há como convencer "os novos" de que não possuem automaticamente os mesmos direitos. Se é verdade que o acesso aos mais altos níveis da carreira por inércia temporal é um equívoco alucinado, também é verdade que boa parte da nobreza docente lá chegou por vias pouco transparentes. Todavia, há nos movimentos atuais das associações uma nítida vantagem sobre a situação ànterior: enquanto esta conduzia à pasmaceira geral que encobria os feudalismos típicos, aqueles pelo menos provocam a precipitação de um processo que obriga, no futuro, a mudar com alguma profundidade. Esta maturação é preferível àquela.

O democratismo das novas propostas é pernicioso, pois não é uma demonstração convincente de democracia, além de comprometer facilmente a necessária competência acadêmica. Freqüentemente é o recurso do medíocre, que não é capaz de enfrentar um julgamento qualitativo dos colegas. Quem não consegue promover-se pela qualidade, apela para a politicagem, para a pressão, para a detração, para a gritaria. Sua salvação está efetivamente na progressão automática. No fim das contas, acaba mostrando, à revelia e pela via de perversão, que democracia não vale a pena, porque levaria à anarquia ou a outras formas manifestas ou latentes de absolutismo. Na espreita deste argumento prático mora o conservador, que quer reaparecer na próxima curva, sobre os escombros de uma democracia precipitada e incompetente. Assembléias caricaturais, falta total de federalismo departamental, pressão política exacerbada, estigmatização de posições divergentes, associações corporativistas — tudo isto não leva à democracia, mas a seus contrários.

Mas, como imaginar um retorno? Um retorno a que? À situação anterior? Esta está muito mais desmoralizada. Beco por beco, é mais promissor o segundo, aquele que pelo menos não tem receio de escancarar certas mazelas históricas de uma instituição que se imagina universidade.

Fato fundamental, no entanto, é que, entre nós, universidade em sentido pleno é algo absolutamente peregrino, mesmo no nível público. De modo geral são instituições miméticas, caricaturas de entidades que vislumbramos confusamente em países mais avançados, e que servem muito concretamente a acomodar pretensões do mercado de trabalho e da oligarquia local, que não dispensa o "canudo" para seus filhos. Qualidade é a última coisa que está realmente em jogo.

Há excessões, algumas honrosas, mas confirmam a regra.

Nossa universidade retrata, deste modo, inevitavelmente nosso estágio de desenvolvimento. Assim considerado o problema, temos em parte simplesmente o que podemos. Uma USP só poderia florir em São Paulo, bem como um UnB em Brasília. A possível

proeminência dessas instituições não estará jamais apenas em demonstrações políticas, mas igualmente na qualidade científica de que forem capazes.

Parece-nos um caminho sem retorno, porque antes não era caminho, nem é agora. O professor precisa criar sua universidade, na qual acredita e da qual não se envergonha. Aquela que realiza sua vocação científica e lhe dá o desejado prestígio social, bem como a condigna remuneração. Até descobrir que a sociedade espera da universidade duas qualidades insubstituíveis, mutuamente condicionadas, mas não necessariamente decorrentes: mérito acadêmico e educação democrática.

Dificilmente os novos movimentos farão reitores piores que os anteriores, jogarão dinheiro fora mais que antes, praticarão corrupções mais aviltantes que as outras. No entanto, não é boa democracia defender, em causa própria, que a transformação é feita pela "vanguarda revolucionária", pois esta está mais para o fascismo, do que para a garantia geral dos direitos fundamentais.

É indefensável o que aconteceu ao final de 1980, quando milhares de pessoas foram guindadas "automaticamente" ao nível de professor, sob a pressão do movimento docente. O novo ministro (Rubem Ludwig), acossado pela situação encontrada e que levara, pelo menos em parte, à renúncia do ministro anterior (Eduardo Portella), bem como sob assessoria duvidosa de técnicos e professores do próprio Ministério, cedeu à pressão. Assim, sem concurso público, sem qualquer noção de mérito acadêmico, praticou-se um "contrabando", cujos efeitos deletérios serão sentidos por uma geração inteira. Para ser professor, não seria mais necessário fazer pós-graduação, publicar trabalhos, acompanhar o movimento científico dentro e fora do país? Frauda-se, assim, o esforço de muita gente que verteu e verte o devido suor, acreditando que universidade é sobretudo o espaço do mérito acadêmico.

Ao mesmo tempo, tais comportamentos são contraditórios com a noção apregoada de qualidade política, pois baseados em privilégios injustos e intempestivos. Também não há por que pagar melhor a um professor que assim galga a carreira docente. Seria mais coerente, se tudo é direito prévio, decretar a todos como titulares. O resultado é um desestímulo ainda maior e fatal à qualidade formal, substituída pela pressão política organizada, que passa a regra básica de jogo.

Tais marcas negativas são mais que suficientes para garantir que não se consegue ir muito longe. Pois não se trata de um caminho propriamente, mas de um arremedo. Não há competência acadêmica suficiente para tanta empáfia política. E será difícil convencer o Estado a pagar a mediocridade, o que levará ao incremento ilimitado das pressões políticas.

A bem da verdade, a universidade não encontrou seu caminho, embora o procure, com méritos relevantes. Está em descaminho. Mas é fundamental "quebrar a cara", para aprender por si e, das próprias cinzas, renascer.

Não há como, a não ser por violências extremas, mudar de repente processos geracionais. O professor que lá está, se continuar até o fim da vida ativa, leva mais de duas décadas para sair. Este é o ciclo de mudança.

Por fim, o problema das universidades particulares. Sem discutir a questão a fundo, se aberrações há nas públicas, as particulares são ainda mais frágeis. Talvez fosse aceitável que grêmios confessionais, comprovadamente sem fins lucrativos, mantivessem universidades. Em certos casos, chegam a ser um exemplo para as públicas, tanto em economia de recursos, quanto em qualidade. Muitas PUC'S estão nesta categoria.

Mas, de modo geral, não saberíamos defender a universidade particular como tal, não só porque acaba sendo o refúgio do estudante mais pobre e que paga seu ensino, mas sobretudo porque repugna a idéia de educação ser mercadoria. Certamente é mister levar em conta que a própria pressão das classes média e alta obrigou o Estado a ceder espaço crescente a iniciativas particulares. Mas que uma questão de fato não se torne de direito! Pois, encontrar qualidade acadêmica e política em tais instituições, é uma tarefa inglória ainda que em tese possível.

Na prática preferimos ficar com o argumento da qualidade política, que se ajusta muito melhor a uma universidade pública e gratuita (Mendes, 1981; Vahl, 1978; Schwartzman, 1981).

Não há igualmente razão em tratar a todos de forma igual por parte do Governo. Apoio merece somente quem apresenta a devida qualidade acadêmica, pelo menos em sentido formal. Quer dizer, deve ser um apoio seletivo, àquilo que já se chamou de "ilhas de competência". Há certamente grupos consagrados, reconhecidos pela sua produção, pela ocupação de espaço próprio na comunidade científica, organizados de forma convincente e conduzidos por idéias de desenvolvimento científico e autêntico. Como há igualmente grupos emergentes, de pesquisadores que buscam seu lugar ao sol, que pretendem demonstrar seu mérito acadêmico, que desejam conquistar seu espaço de criatividade própria. A tais grupos não poderia faltar apoio e dificilmente se colocaria a questão de desperdício de recursos. No entanto, dispensar a eles o mesmo tratamento dedicado à maioria improdutiva, isto sim seria um suicídio acadêmico.

Apesar de tudo, o movimento atual dos docentes manifesta méritos ponderáveis que não se resumem na necessidade inadiável de a direção das universidades mudar de mãos. Outros avanços são:

a) prova que autonomia é um processo histórico de conquista, não doação estatal, concessão, tolerância;

b) sustentação do lema da educação pública e gratuita em todos os níveis, pois não pode ser mercadoria;

c) derrubada do autoritarismo preponderante nas universidades;

d) revisão da ferrugem histórica das oligarquias internas, encasteladas em benefícios muito pouco justificáveis pela quantidade acadêmica;

e) mudança das regras do antijogo acadêmico, com vistas a dar oportunidade real aos novos que vêm chegando, muitas vezes melhor preparados e mais competentes;

f) organização do professorado, com manifestação necessária de sua cidadania;

g) recuperação no sentido político da educação, como canal fundamental de participação, como formação de novas lideranças, como capacidade de crítica e autocrítica;

h) constituição dos dirigentes através dos interessados, que precisam manter a condução básica do processo;

i) valorização do professor, com carreira digna e progressiva, marcando na sociedade lugar de devido destaque e prestígio.

Defeitos há igualmente. Entre eles podemos contar:

a) desapreço precipitado pelo mérito acadêmico; destruição intempestiva da necessidade de titulação, de experiência, de produção científica, em nome apenas de direitos trabalhistas;

b) confusão fácil entre democracia e democratismo, o que precisamente e à revelia, por ironia, conduz à destruição das pretensas vantagens da democracia, pois a prova incompetente;

c) prejuízo da competência em favor de esquemas populistas;

d) ativismo de grupos fechados, que no fundo apenas substituem um autoritarismo por outro;

e) corporativismo gerador de privilégios sem contrapartida acadêmica;

f) promoção da organização docente sob a forma de associação, em vez da idéia de "condomínio" abrangente, prejudicando-se sistematicamente a noção de representatividade;

g) desapreço pela vida departamental, forçando um centralismo cerceador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CFE. A propósito da qualidade de ensino superior no Brasil. In: ENCONTROS. Brasília, 1982, *Anais.* Brasília, 1982.

DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade.* São Paulo, ALMED, 1985a. Função social da universidade: algumas considerações a partir da política social. *Educação Brasileira, 5* (11): 21ss., 1983.

_____. *Participação é conquista:* noções de política social participativa. Fortaleza, UFCeará, 1985.

_____. *Pesquisa participante:* mito e realidade. Rio de Janeiro, SENAC. 1984a.

_____. Universidade e comunidade na região de Joinville. *Educação Brasileira, 6* (12): 107 ss., 1984b.

FAVERO, M. L. A. *Universidade & poder.* Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

GIANNOTTI, J. A. Notas intempestivas sobre a questão da universidade – I. *Estudos CEBRAP,* (27): 7 ss, s.d.

GRACIANI, M. S. S. *O ensino superior no Brasil:* a estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis, Vozes, 1982.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política.* Estampa, 1973.

_____. La guerra civil en Francia: In: OBRAS escogidas. Ayuso, 1975. v.2.

MENDES, A. D. *Ciência, universidade e crise.* Belém, Gráfica, 1981.

OLIVEIRA, F. & BORGES, W. J. Notas intempestivas sobre a questão da universidade – II. *Estudos CEBRAP,* (27): 15 ss., s.d.

RAMA, G. W. comp. Universidad, clases sociales y poder. Caracas, Ateneo, 1982.

SCHWARTZMAN, S. *Ciência, universidade e ideologia:* a política do conhecimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SILVA, A. M. et al. *Para onde vai a universidade brasileira?* Fortaleza, UFCeará, 1983.

SOUZA, E. M. *Crises & desafios no ensino superior do Brasil.* Fortaleza, UFCeará, 1980.

TUBINO, G. *Eficiência e eficácia nas Universidades.* São Paulo, IBRASA, 1981.

VAHL, T. R. *A privatização do ensino superior no Brasil.* Florianópolis, Lunardelli, 1978.